

**PATRI**

**Relações Governamentais & Políticas Públicas**

# **Discursos sobre indígenas proferidos na Câmara dos Deputados 2002**

## DISCURSOS PROFERIDOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE INDÍGENAS EM 2002

Data: 26/2/2002

**O SR. ROBÉRIO ARAÚJO** (Bloco/PL-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o indígena brasileiro, mais precisamente as tribos fixadas no meu Estado, vêm atravessando, nos últimos tempos, uma completa falta de assistência médico-sanitária.

Isto se deve à terceirização do atendimento àquela população que, por motivos de reajustes nos contratos de trabalho entre a FUNASA e as empresas privadas prestadoras de serviço, chegam a ficar como estão agora, sem prestar qualquer assistência aos índios ianomâmis.

O que nos causa surpresa é que para se prestar atendimento de saúde aos índios, que é fundamental tendo em vista a preservação da vida do silvícola, ninguém percebe qualquer interesse dos países ricos ou ONGs estrangeiras. Porém, quando se trata de demarcação de terra, aí, até o príncipe Charles quer meter o dedo.

Isso prova, mais uma vez, que o interesse verdadeiro dessas oligarquias não é a preservação do índio brasileiro propriamente, mas, sim, das reservas minerais que estão no nosso subsolo.

Concluindo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero expressar minha preocupação com a mudança que, mais uma vez, é estabelecida pelo Governo Federal no que se refere à saúde indígena.

A execução da política nacional de saúde indígena, que até então era feita pela FUNASA, está agora, a cargo da recém-criada Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças.

Esta é a segunda vez que se modifica o sistema de assistência à saúde indígena. A primeira, no Governo do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, com a descentralização do atendimento.

Essas freqüentes alterações levantam dúvida quando ao futuro da saúde indígena, provocando apreensão nas aldeias.

Esperamos que, desta vez, as mudanças sejam para melhor.

Muito obrigado.

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

Data: 28/2/2002

O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a **Folha de S.Paulo** e o jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje trazem na capa foto realmente emocionante: uma criança pataxó chorando em frente ao Supremo Tribunal Federal enquanto os índios pataxós, do sul da Bahia, aguardavam decisão dessa Corte sobre a demarcação das terras indígenas.

Na minha opinião, é assustador o que este País faz com os povos que aqui viviam quando nós, brancos, descendentes de europeus, aqui chegamos.

Periodicamente, Parlamentares vêm à tribuna desta Casa falar contra a demarcação das terras indígenas. Gostaria que cada um pensasse melhor, pois se há alguém que ocupa terra alheia somos nós, os brancos. Esta terra tinha dono, tinha vida, tinha cultura. Estou absolutamente certo de que esses povos viviam melhor do que hoje, eram muito mais felizes e saudáveis. Sempre os vemos promover manifestações em defesa da sua terra, que constantemente tem sido grilada. No sul da Bahia, com os pataxós, não tem sido diferente. Os grandes fazendeiros, principalmente, atacam e matam os índios. E quando estes vêm à Capital do País reivindicar seus direitos, como o índio Galdino, morrem queimados. Por isso, é extremamente importante a 39ª Campanha da Fraternidade da CNBB, lançada no dia 13 passado, que tem como tema "Fraternidade e Povos Indígenas" e como lema "Por uma terra sem males".

Essa terra sem males é sua terra natal, aquela na qual viviam antes. Hoje, volta e meia um ou outro branco diz que os índios querem muita terra, mas nenhum deles questiona que somente 1% dos proprietários deste País é dono de 46% das terras.

Nenhum deles questiona o fato de um único fazendeiro ter mais terra do que milhares de índios. Contudo, o direito dos índios à terra sempre é questionado.

Por isso, a Campanha da Fraternidade é extremamente importante. Visa sensibilizar o povo brasileiro. Tem suporte em seis objetivos específicos: dar apoio à demarcação de terras indígenas e à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas - não aquele Estatuto que está para ser votado no plenário desta Casa, que defende os madeireiros e mineradores, mas outro, que põe fim à exploração e à opressão dos povos indígenas, o que a população indígena e nós esperamos; cobrar do Governo Federal ações concretas em favor dos povos indígenas; promover o combate a toda forma de preconceito que marginaliza e diminui o cidadão indígena, uma constante em nossa sociedade - sabemos que a questão é cultural, e a Campanha da Fraternidade em muito contribuirá para esse debate -; criar espaço de reflexão e discussão sobre diversidade e riqueza da nossa cultura, uma vez que tanto a diversidade como a riqueza cultural desses povos são ignoradas. Bens culturais não são vendidos no mercado; portanto, são desprezados, abandonados, destruídos. Os recursos genéticos e biológicos de nossa biodiversidade estão sendo pirateados e patenteados pelas grandes empresas internacionais. Objetiva, ainda, a Campanha da Fraternidade, o diálogo com outras igrejas que trabalham com povos indígenas e, por último, o envolvimento dos grupos internacionais sensíveis à causa indígena.

Espero que essa Campanha sirva para sensibilizar a sociedade e alertar o Governo para o atraso na demarcação das terras indígenas. Apesar de vencido o prazo constitucional para demarcação das 756 áreas, apenas 236 estão completamente regularizadas.

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Encerro meu pronunciamento como o iniciej, mostrando a foto dessa menina pataxó. Esta é uma das milhares de crianças que choram todo os dias, vítimas do desprezo, da humilhação e da exploração.

Essa Campanha da Fraternidade é bem-vinda e contribuirá para o enriquecimento da cultura do povo brasileiro.

**Data: 6/3/2002**

**O SR. MARCOS AFONSO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Themístocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCOS AFONSO** (PT-AC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, devastação e desperdício são palavras facilmente suscitadas quando se fala em exploração de madeira na Amazônia.

De fato, anos de desenfreada extração sem considerar os resultados só puderam redundar em formação de uma péssima imagem do País, especialmente junto à comunidade internacional. Os mais prejudicados nesse processo sempre foram os povos indígenas, expostos à degradação de suas comunidades, a reboque da destruição dos recursos naturais de suas reservas. As atividades de subsistência e as de cunho econômico, sem desprestigiar a proteção ambiental, devem formar um mosaico que se traduza em crescimento econômico e social. Felizmente, já se pode comemorar uma transformação desse quadro que, se não perfeita e acabada, ainda pode trazer muitos benefícios para todos.

Referimo-nos ao Projeto Xikrin do Cateté, que prevê a exploração legal de madeira pelos índios xikrins, primeira comunidade com o único plano de manejo florestal autorizado a explorar mogno no Brasil.

A área demarcada e homologada dessa ramificação dos caiapós está localizada no Estado do Pará, entre a Serra Carajás e a Serra da Seringa, e é onde a organização não-governamental Instituto Socioambiental (ISA) e a Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté estão aplicando conhecimento e tecnologia no potencial da floresta.

É verdade que a todo pioneirismo se alia altíssimo preço a pagar. No presente caso, o projeto no ano passado sofreu prejuízos financeiros que, entretanto, não foram suficientes para fazê-lo naufragar.

Atualmente, os xikrins contam com o apoio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e do Ministério do Meio Ambiente para fazer prevalecer a idéia de que o manejo sustentável é a única maneira de, sem ameaça de extinção, extrair da floresta a sobrevivência. Embora no Brasil a exploração sustentada de recursos naturais desperte mais discursos do que propriamente ações efetivas, esperamos que o exemplo dos xikrins trace claramente o caminho da autonomia, não do assistencialismo.

É esperado que todos se envolvam, Poder Público e sociedade civil, a fim de que, respeitadas as

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

diferenças socioculturais, os povos indígenas possam finalmente gozar do direito de usufruir, efetivamente, das riquezas de seus territórios.

Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos a dizer no plenário desta Casa sobre tão relevante tema.

Data: 18/4/2002

**O SR. PAULO ROCHA** (PT-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o processo de ocupação do interior de São Paulo, no início dos anos noventa, promoveu confrontos tão sangrentos entre os índios kaingang e as empresas de colonização que o Governo, pela primeira vez em quatro séculos, decidiu criar um órgão para mediar os conflitos e estabelecer política voltada para os povos indígenas. Muitos brasileiros dedicaram-se à causa nessa época, sobressaindo-se o general Rondon, com sua famosa frase "*Morrer se preciso for, matar nunca*". É verdade que não se matam mais índios com o apoio das autoridades, em nome do progresso da nação, ou com argumentos dessa natureza, mas o fato é que, de 1910 aos tempos atuais, em quase um século de atuação governamental, pouca coisa mudou nas relações entre nossos habitantes originais e o conjunto da sociedade brasileira.

É verdade que a população indígena aumentou nas últimas décadas, o que revela a melhoria das condições de vida. Testemunhamos também o surgimento de novas lideranças, preparadas para enfrentar as pressões que se renovam sobre as reservas, e há, sem dúvida, disposição cada vez maior da faixa mais informada da sociedade no sentido de conhecer e respeitar a cultura milenar que propõe harmonia entre o ser humano e a natureza. Mas isso não é suficiente ainda para garantir existência digna aos nossos índios.

Agora, como há cem anos, persiste a noção de que eles são empecilho ao progresso, à evolução do capitalismo brasileiro, à ampliação de nossas fronteiras agrícolas. Usam-se atualmente recursos mais sofisticados, que mobilizam advogados, juizes, administradores públicos, políticos e jornalistas, que procuram oferecer à opinião pública a idéia de que tudo vai bem e que há respeito e dedicação aos índios. O Governo Federal, por exemplo, tem o hábito de divulgar que o período FHC foi o que mais demarcou terras indígenas, quando se sabe, segundo dados da CNBB, que das 171 áreas demarcadas nos últimos sete anos, aproximadamente 68% não tiveram o processo concluído.

No Pará, onde vivem atualmente 25 mil índios, há cerca de um mês, representantes de 27 aldeias, das etnias munduruku, cara preta, tupinambá, arapiranga, tapajó, maytapu e outros, distribuíram documento em que pedem trabalhos preliminares para a demarcação de terras, ato que representa a garantia mínima para a sobrevivência digna dessas nações.

Aproveito a oportunidade em que se comemora o Dia do Índio para chamar a atenção para projetos que tramitam no Congresso Nacional e que sob enunciados técnicos representam sérias ameaças à integridade das reservas indígenas. O próprio partido do Governo, que se diz paladino da questão indígena, tem proposta que libera às empresas privadas a exploração de recursos minerais em áreas indígenas. As conseqüências serão similares às doenças trazidas pelos portugueses séculos atrás.

No Congresso está também o polêmico projeto do novo Estatuto dos Povos Indígenas, que deve

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

garantir a essa comunidade formada por aproximadamente 500 mil integrantes os serviços básicos de educação e saúde, além de apoio aos projetos culturais, econômicos e ambientais das próprias comunidades. É fundamental que essas populações tenham confirmação dos direitos autorais de seus conhecimentos seculares, garantia dos usos e costumes e participação ativa em todas as instâncias de debate sobre a questão indígena e proteção aos recursos naturais. Devemos saudar e reverenciar nossa população indígena neste 19 de abril. Mas não podemos abandonar a luta nos outros 364 dias do ano.

Era o que tinha a dizer.

**Data: 24/4/2002**

**O SR. ROBÉRIO ARAÚJO** (Bloco/PL-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 19 tivemos várias solenidades, por toda parte do País, com discursos de exaltação ao índio. Esse povo que sempre é relegado a segundo plano pelas autoridades brasileiras vive numa luta constante para a sua sobrevivência. Falar sobre o índio brasileiro é muito bonito. Mas só isso não basta. É preciso que haja ação, para que suas reivindicações e propostas de interesse da causa indígena sejam atendidos e se tenha mais respeito com os verdadeiros donos da terra.

Freqüentemente a imprensa tem mostrado conflitos de fazendeiros, madeireiros e até traficantes com os índios. No entanto, é bom esclarecer, que não é o índio quem sai de lá de suas reservas e da floresta, para agredir os ambiciosos que deles tudo tiram e nada dão em troca. Aqui mesmo nesta Casa tramita há bastante tempo o Estatuto do Índio, que está para ser votado e nunca sai do papel. Esse é um antigo sonho dos povos indígenas e que precisamos torná-lo realidade.

Por outro lado, é necessário, também, que o Governo Federal olhe com mais atenção os problemas dos índios e amplie os recursos orçamentários destinados à população indígena, como propõe o Conselho Nacional dos Povos Indígenas.

Em Roraima, onde os índios desempenham várias atividades para tirar o seu sustento, tanto na agricultura como na pesca e no artesanato, esses índios enfrentam sérias dificuldades porque lhes faltam recursos para a compra de sementes, máquinas e implementos agrícolas, redes, barcos e diversos materiais de trabalho.

Freqüentemente temos em Brasília a presença de índios que vêm em busca de atendimento médico-hospitalar ou reivindicar recursos e os seus direitos.

Isso seria desnecessário se o Governo Federal, bem como os Governadores de Estado, dessem mais atenção aos índios e lhes proporcionassem condições de trabalho.

Lutar pela causa indígena é um dever de todos nós.

Muito obrigado.

Data: 24/4/2002

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar o esforço feito nesta Casa por Deputados de todos os partidos para aprovarmos o acordo dos servidores dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, assim como fizemos na época do acordo dos servidores da Previdência.

Lamentavelmente, o projeto enviado é diferente do texto acordado, e até agora não conseguimos com o Governo a volta das negociações. Havia um compromisso de se enviar a esta Casa um novo projeto, que atendesse aos trabalhadores dos Ministérios da Saúde e do Trabalho.

Conversamos ontem com o Deputado Arnaldo Madeira, Líder do Governo. É importante retomarmos a discussão. Esperamos que o Governo envie a esta Casa os dois projetos. É preciso retomarmos também a negociação com os servidores da Previdência Social, corrigindo os problemas existentes e votando os três acordos que deveriam ser votados por esta Casa, além, claro, do plano de cargos de diversos servidores da União.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os índios pataxós hã-hã-hãe ocuparam ontem, 23 de abril, a sede da FUNAI em Eunápolis, na Bahia. Mais de trezentos índios, das aldeias Caramuru, Barretá e Panelão, localizadas na região de Pau Brasil e Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabrália, estão nessa mobilização para exigir mudanças no órgão.

Como relata o jornal **A Tarde**, de hoje, os índios querem a destituição do administrador regional, Arival Barreira Parente, porque ele está semeando a discórdia entre os índios. Esse funcionário tem agido no sentido de quebrar o movimento indígena, usando a estratégia de atender pedidos individuais e não coletivos, favorecendo grupos dentro das tribos. Tais atos, como se percebe, provocam cisão no movimento, que interessa unicamente aos fazendeiros, invasores das terras indígenas.

Os índios também querem o afastamento do ex-gerente do órgão, Antonio Manoel da Silva, que saiu no passado por desvio de recursos públicos (a sindicância que apurava o caso foi engavetada); o afastamento do chefe da assistência, Sandro, porque também ele promove a discórdia entre as tribos; e de Irene, a responsável pela educação, por inoperância. Senhoras e senhores, há cerca de duas semanas esses índios estiveram em Brasília. Acompanhamos suas audiências nesta Casa (quando fizeram um Toré no Salão Verde). Estivemos também no Ministério da Justiça e no STF. Os índios, parentes de Galdino Pataxó, queimado vivo em Brasília, vieram informar que estão sendo perseguidos em suas aldeias, e que o medo toma conta de todos porque por onde andam há um pistoleiro armado anunciando a morte de um deles. Aliás, uma das exigências dos índios nessa ocupação é que se concluam as investigações e se puna o assassino do índio Nilton Matos, da aldeia Caramuru, ocorrido há mais de dois meses.

De acordo com o cacique Gérson Pataxó, a situação dos índios permanece complicada na região. Homens, mulheres e crianças têm medo de sair de casa por causa da presença ostensiva de pistoleiros. Os índios ocuparam as terras, mas estão cercados pelo fazendeiros. Na sede do Município de Pau Brasil as ameaças são ostensivas, com o anúncio de agressões por parte dos fazendeiros ou de seus amigos.

Apesar de serem alvo de tanta violência, os índios fizeram uma ocupação pacífica da sede da

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

FUNAI. Não foram feitos reféns. Pelo contrário, os funcionários estão liberados para entrarem e saírem, conforme o gosto de cada um.

Essa ocupação, senhoras e senhores, é um ato limite diante da situação em que vivem os índios. Se esses funcionários da FUNAI da região não agissem de modo tão indecente, tentando jogar índio contra índio, tentando quebrar a unidade do grupo, servindo assim a interesses escusos, não haveria necessidade disso. Se a FUNAI cumprisse sua obrigação constitucional de proteção aos índios isso não aconteceria.

Portanto, estamos aqui, mais uma vez, nos solidarizando com os índios da Bahia nesse ato em defesa dos seus direitos. E solicitamos ao presidente da FUNAI que considere as reivindicações dessas etnias, impedindo que tenha prosseguimento o histórico processo de extermínio dos índios brasileiros.

**Data: 22/5/2002**

**O SR. MARCOS AFONSO** (PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, com o presente discurso, noticiar ao Plenário desta Casa e ao País a homenagem que a Câmara Municipal de São Paulo presta ao acreano Sebastião Machineri, concedendo-lhe o título de "Cidadão Paulistano".

A homenagem, de iniciativa do Vereador Eliseu Gabriel, deve-se à eleição, por aclamação, de Machineri para dirigir a Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA).

Trata-se do primeiro indígena brasileiro a ascender a tão importante cargo. O novo Coordenador-Geral também é ligado à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e à UNI-Acre (União Nacional dos Índios).

A COICA reúne lideranças de mais de quatrocentos povos indígenas dos nove países que integram a Amazônia. O Congresso representa sua autoridade máxima e é composto por delegações de dez membros de cada país. De quatro em quatro anos, há reuniões para tomada de decisões, entre elas a eleição do Conselho Diretor.

Fundada em 1984, em Quito, no Equador, a COICA tem como objetivo assegurar a participação dos povos indígenas amazônicos na agenda internacional, obtendo representatividade no Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas sobre Questões Indígenas e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, entre outras instâncias.

A eleição de Sebastião Machineri, espera-se, implicará mudanças no estilo de condução administrativa da entidade, notadamente em relação à descentralização de informações e eventos, de modo a assegurar a igualitária participação dos índios em discussões e decisões no âmbito da Coordenação.

Reproduzo aqui palavras do próprio Machineri: *"Assumir a direção de uma das organizações mais importantes do mundo representa uma etapa histórica do movimento indígena no Brasil . "* De fato, é um marco para o País, como também é para a própria COICA e entidades filiadas à homenagem que a Câmara Municipal de São Paulo presta àquele cidadão brasileiro.



## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Igualmente lisonjeados, temos certeza, encontram-se todos os indígenas dos países da América Latina pelo feito alcançado por Sebastião Machineri.

Esta Câmara, pois, irmana-se à Casa Legislativa do Município de São Paulo na homenagem, desejando efusivamente que o novo Coordenador da COICA alcance pleno êxito em mais essa missão.

Era isso, Sr. Presidente, que tínhamos a registrar no Plenário desta Casa sobre tão relevante tema.

Gostaria que meu discurso fosse divulgado por todos os meios de comunicação da Casa. Muito obrigado.

**Data: 22/5/2002**

**O SR. ROBÉRIO ARAÚJO** (Bloco/PL-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) -Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos anos Boa Vista passou a receber um grande número de índios que estão deixando suas aldeias por se sentirem insatisfeitos com a difícil vida que levam.

O jornal **Folha de Boa Vista** fez ampla reportagem, há poucos dias, mostrando que esses índios, na maioria das vezes, vivem em situação de miséria na Capital, chegando às vezes a nem ter lugar para morar, mas mesmo assim não pensam em voltar para o seu local de origem.

A matéria do jornal mostra que os índios reclamam por serem discriminados e não conseguirem emprego devido à falta de preparo e por não possuírem uma profissão.

Esse problema, aparentemente complicado, na verdade é de fácil solução, desde que haja interesse das autoridades e - por que não dizer - da própria FUNAI, que pode muito bem resolver a situação.

Se os índios estão deixando suas aldeias e se dirigindo para as cidades, alguma coisa está errada. O primeiro caminho a ser tomado é encontrar a solução.

O que os índios mais reclamam ao chegar à cidade é a discriminação que dizem sofrer. Na verdade, não é bem isso o que ocorre. O problema é que Boa Vista é uma cidade em que as opções de emprego são poucas e até mesmo as pessoas qualificadas encontram dificuldade em obter trabalho.

Em relação aos índios, eles não saem de suas aldeias porque querem. O que acontece é que, vendo que não têm nenhuma perspectiva, saem em busca de melhoria de vida, o que acabam também não encontrando na cidade.

É preciso levar assistência médico-hospitalar aos indígenas, construir escolas nas aldeias, para que eles possam se educar sem perder a origem, o costume e a cultura.

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Nossos índios são artesãos natos que poderiam estar trabalhando e comercializando seus produtos, o mesmo acontecendo com a lavoura.

Se houver condições de sobrevivência em sua terra, o índio não a deixará. Deve-se valorizar esse povo, que não quer nenhum favor, apenas oportunidade para estudar, trabalhar e levar uma vida digna, como ocorre com os demais irmãos brasileiros.

Devemos mudar urgentemente a política sobre o índio no Brasil. A partir do momento em que eles forem tratados de forma a poder levar uma vida tranqüila, jamais pensarão em deixar suas aldeias e ir para as cidades.

O atual Governo já está em fim de mandato e pouco ou quase nada fez pelo índio. Espero que o futuro Presidente da República inclua em seu programa a assistência eficaz e justa àqueles que são na verdade os donos deste Brasil, e no entanto não recebem o digno valor que merecem.

Sr. Presidente, registro ainda que hoje, por ocasião de audiência com o Ministro das Comunicações, Juarez Quadros, tivemos a garantia de que a Rede Globo de Televisão não codificará os satélites nos jogos do Brasil na Copa do Mundo.

Muito obrigado.

**Data: 18/4/2002**

**O SR. PINHEIRO LANDIM** (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. líderes indígenas, Srs. representantes de entidades indigenistas, em todo Dia do Índio lembramos aqueles temas que possuem localização privilegiada na agenda das preocupações das comunidades indígenas brasileiras, porque do fato de termos herdado este País maravilhoso dos brasileiros índios nós, da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, lembramos cotidianamente.

Por ser esta uma consideração permanente, somos conscientes do processo que nos trouxe, índios e não índios, até o presente. Sabemos das dívidas contraídas e principalmente sabemos qual é o compromisso que nos anima: o de construir, com solidez, as bases para uma convivência digna com todos os segmentos étnicos participantes do processo civilizatório brasileiro.

Somos conscientes que isso não se faz da noite para o dia, tão complexas são as questões que temos diante de nós. Contudo, temos também a consciência de que alguns aspectos não admitem postergações.

Sem dúvida, um dos temas constantes da agenda indígena é o da demarcação das suas terras. Em relação a isso, podemos felizmente dizer que o Governo brasileiro tem atingido metas inéditas nos últimos anos. Mais de 80% do total da superfície das terras indígenas conhecidas estão demarcadas, ou em estágio avançado de demarcação, e deste subtotal mais da metade da superfície das terras indígenas foi ou está sendo demarcada no Governo Fernando Henrique Cardoso. Notem que estes dados não foram obtidos da Fundação Nacional do Índio, o que poderia gerar algum questionamento; são dados extraídos através da Internet do Instituto

---

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

Socioambiental, uma organização não-governamental que se ocupa, entre outros temas, da questão indígena.

É verdade que existem casos mais difíceis que aguardam solução há bastante tempo. Não obstante, estes casos estão sendo considerados e não constituem o paradigma da política demarcatória em andamento.

Demarcar, apenas, não é suficiente. É necessário implementar políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, e sabemos que há um débito mais sério neste aspecto. Defendemos a idéia de que os índios não devem ser condenados à impossibilidade de extrair benefícios das riquezas naturais existentes em suas terras, como se estivessem congelados no tempo e lhes bastasse apenas a coleta, caça, pesca e agricultura de subsistência. Isto não implica dizer que os índios devem tornar-se agroempresários. Achamos, contudo, que é viável o estabelecimento de mecanismos através dos quais, garantida a sua integridade cultural e a salubridade do meio ambiente e assegurada a sustentabilidade dos empreendimentos, possam as comunidades indígenas, por si ou mediante parcerias da sua escolha, explorar os recursos naturais das suas terras.

Esses mecanismos são objeto de uma série de proposições que se encontram em tramitação no Congresso Nacional, e a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias envidará todos os esforços para que se acelere a discussão desses projetos, zelando, principalmente, para que se considere a opinião das comunidades indígenas.

Além desses projetos, sabemos que é extremamente importante que se retome a discussão sobre o Estatuto das Sociedades Indígenas. Embora essa matéria não seja objeto da Comissão, tomaremos todas as iniciativas que estiverem ao nosso alcance para que o Estatuto seja finalmente remetido ao Senado Federal.

Temos certeza de que ao declararmos estes compromissos, que já estavam assumidos desde que aceitamos a indicação para a Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, estamos prestando a homenagem devida ao Dia do Índio em 2002. Muito obrigado.

**Data: 19/11/2002**

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco estiveram no plenário desta Casa Deputados e Senadores indígenas da Colômbia, Bolívia, Guatemala e de outros países. Os referidos Parlamentares estão participando do seminário internacional *Índios e Parlamentos*, no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, que está sendo organizado por diversas entidades do Brasil e de outros países e tem como objetivo debater a situação e a representação dos povos indígenas dos países do continente americano.

Hoje pela manhã estive participando de dois grupos temáticos. Entendo a importância de um evento como este. De todos os países do continente latino-americano, o Brasil talvez seja aquele que menos espaço garante à representação dos índios, este importante segmento da sociedade brasileira.

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

Atualmente, temos cerca de 82 Parlamentares indígenas ocupando Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas. No Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, não há nenhum. Nas últimas eleições, com a brilhante reeleição da Senadora Marina Silva, o índio Antônio Ferreira da Silva, apurinã, foi eleito seu primeiro suplente. E no Estado de Roraima, o Sr. Adalberto, do Centro Indígena de Roraima - CIR, ficou ocupando a primeira suplência de Deputado Federal pelo meu partido, o PCdoB.

Sr. Presidente, está na hora de o Parlamento brasileiro - e não apenas os povos indígenas - debruçar-se sobre este tema tão importante.

Os índios não têm representação no Congresso Nacional, o que significa que a democracia brasileira não está suficientemente amadurecida.

Nós, mulheres, que temos uma representação pequena no Parlamento, avançamos em vários aspectos. Está em vigor no Brasil, há alguns anos, a Lei de Cotas, que obriga todos os partidos políticos e coligações a reservar 30%, no mínimo, de suas vagas para candidaturas femininas.

Outras propostas precisam ser feitas para propiciar maior participação dos índios no Parlamento brasileiro.

Sr. Presidente, quero cumprimentar os índios, Vereadores e Vice-Prefeitos que estão em Brasília, participando deste seminário, e dizer que podem contar com o mais irrestrito apoio do Partido Comunista do Brasil, pois suas reivindicações são mais do que justas.

Finalizando, gostaria de comentar matéria publicada na revista *ISTOÉ*, desta semana, sob o título *A CIA continua no Brasil*.

Isso é extremamente grave, Sr. Presidente, apesar de não ser novidade para o Parlamento brasileiro. Esta matéria trata da intromissão permitida da CIA em assuntos internos brasileiros. Digo permitida porque a matéria está farta de documentos mostrando que não apenas seu ex-Centro de Dados Operacionais, hoje Serviço Operacional de Inteligência Policial, foi construído com recursos norte-americanos, como todos os outros escritórios regionais desse serviço de operação da inteligência policial têm os seus aluguéis pagos com dinheiro norte-americano.

O Presidente da República foi alertado sobre este assunto quando nesta Casa funcionou a CPI do Narcotráfico. Mas S.Exa. tratou a matéria com a maior naturalidade, dizendo que isso era fruto de um convênio legal. Entretanto, Sr. Presidente, por trás de um convênio aparentemente legal, a CIA e agentes da espionagem norte-americana utilizam não apenas a estrutura da Polícia Federal, como também policiais federais para se intrometer em negócios brasileiros.

Sr. Presidente, faço este alerta não com a esperança de que este Governo vá resolver alguma coisa, porque, afinal de contas, ele tem conhecimento do que acontece, mas nunca fez absolutamente nada, mas com a esperança de que o próximo Governo, que se instalará no Palácio do Planalto em janeiro do ano que vem, aja de forma diferente. Não podemos mais permitir que a espionagem norte-americana continue atuando livremente no Brasil, ainda mais utilizando policiais federais brasileiros que, inclusive, recebem pagamento em dólar. Portanto, Sr. Presidente, o assunto é muito grave, é muito sério e deve ser trabalhado pela

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Câmara dos Deputados. Tenho convicção de que, com a posse do novo Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, esses absurdos certamente terão fim.

**Data: 5/12/2002**

**O SR. ALCESTE ALMEIDA** (Bloco/PL-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, congratulo-me com o Deputado Serafim Venzon pelo brilhante pronunciamento que fez desta tribuna, enfocando importantes aspectos da agricultura brasileira, mormente no que diz respeito ao milho, cuja produção, no País, não é das melhores.

Aproveito para trazer à baila a situação da classe produtora do Estado de Roraima.

Nestes dias está ocorrendo em Boa Vista, Capital de Roraima, na praça do Centro Cívico, em frente ao Palácio do Governo, uma manifestação muito importante da classe dos arroteiros, apoiada pelas demais classes produtivas do Estado, universitários e até por lideranças indígenas.

O plantio iniciou-se há 25 anos, com os sulistas que aportaram em Roraima. Hoje o Estado é auto-suficiente, tanto que 80% do excedente é exportado para o Amazonas e para o Pará. São 120 mil toneladas de arroz por ano, produzidas numa várzea que hoje está sendo pleiteada para demarcação de terra indígena em área contínua à de Raposa/Serra do Sol. É uma produção que tem empregado direta e indiretamente 12 mil pessoas, inclusive índios, que se têm manifestado favoravelmente aos arroteiros. Esperamos, portanto, que nem no atual nem no Governo se demarque essa área de forma contínua.

É possível índios e não índios conviverem de forma harmoniosa. São fazendas centenárias que já existiam antes das ONGs, terras de produtores heróicos brasileiros, que foram para o norte do nosso Brasil desenvolver aquela região tão isolada, tão distante dos centros produtores. Restaram apenas 4% de área destinada à produção, porque 96% de toda a área territorial do Estado de Roraima estão comprometidos com áreas indígenas, reservas de meio ambiente, áreas militares.

Não é possível desenvolver um Estado com menos de 4%, que é o que sobra para as cidades, para as nossas rodovias, para a população dita civilizada. É ali que precisamos ter implantadas indústrias, produção agrícola, comércio. Somos um corredor de exportação para a Venezuela e a Guiana. É importante que se analise essa situação antes que se decrete o extermínio dessa importante produção, que tem feito a economia de Roraima prosperar cada vez mais.

Portanto, fica manifestado nosso desejo de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que deixa o Governo, e o futuro Presidente, recém-eleito, que em breve assumirá, usem o bom senso e ponderem a respeito dessa decisão, decretando a demarcação em ilhas. Não somos contrários aos índios. Eles merecem a demarcação de suas terras, mas dá para conciliar muito bem, com a demarcação em ilhas, o respeito à terra indígena e à produção já instalada, que tem feito a economia de Roraima crescer.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

**Data: 27/2/2002**

**O SR. ALCESTE ALMEIDA** (Bloco/PL-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para novamente falar sobre Uiramutã, o Município brasileiro mais setentrional do Brasil, localizado no Estado que represento, Roraima, rebuscando, neste meu enfoque, aspectos sociais, humanos e de desenvolvimento muito peculiares e engrandecedores.

Trata-se de um Município cuja população é composta de índios já aculturados e de não-índios; esses últimos descendentes de antigos produtores rurais que migraram principalmente do Nordeste ou de garimpeiros que desbravaram aquela região, deixando, pela sua vinculação, pelo seu trabalho e pela sua presença, o indelével marco de brasilidade naquela área que é fronteira entre duas nações: Guiana e Venezuela.

Ali, nosso chão pátrio é um apêndice de terras entre esses dois países, berço de profícua e inevitável miscigenação, que sela a verdadeira raça brasileira, ou seja, a descendência entre o índio e o branco, o índio e o preto, enfim, o povo irmão que, homogeneizado, não tem por que discriminar raças, religião ou **status** social.

E, por ser assim, dentro desse espírito de fraterno convívio, o Governo de Roraima inaugurou, naquela sede municipal, grandioso colégio com doze salas de aula - a Escola Estadual Joaquim Nabuco -, onde, além do idioma oficial brasileiro, o português, aprende-se, também, o idioma indígena da região.

Aí está, portanto, um ganho social dos mais nobres que se pôde obter para aquela comunidade: prepara-se o índio para a evolução do mundo moderno, sem sufocar suas raízes culturais, que, ao contrário, são preservadas e estimuladas.

Cabe, então, registrar minha solidariedade ao Governo do Estado de Roraima por tão importante realização, onde ganha o índio e o não-índio, onde, sobretudo, ganha a hegemonia, ganha nossa região, ganha o Brasil.

Portanto, não faz sentido a contumaz investida que ONGs - usando minoria indígena aculturada orquestrada por interesses internacionais - fazem em desfavor dessas realizações. Lutaram contra a instalação de um Pelotão Especial de Fronteira do Exército Nacional que, inclusive, fornece serviço médico e odontológico, indistintamente, a toda comunidade. Lutaram, também, contra a construção dessa grandiosa escola, recém-inaugurada, que tanto serviço já está prestando em favor do ganho cultural da região, principalmente do indígena. Em ambos os casos, as ações judiciais impetradas com o aval dessas ONGs contra essas importantes realizações retardaram em muito o avanço das obras, mas a Justiça, ainda que tardia, tem sempre acabado por chegar.

Hoje, por conta desse último alcance, vemos indiozinhos felizes, caminhando com suas mochilas e uniformes escolares em busca do aprendizado tão útil e imprescindível a qualquer um, num mundo que, cada vez mais, comporta menos espaço a despreparados. Conclamo, então, essas ONGs discriminatórias a deixarem nosso País crescer livremente; crescendo e integrando seus brasileiros de todas as etnias.

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Que respeitem espaços como o de Manoel Rufino, velho produtor rural instalado há mais de 40 anos naquela região, uma vida de benfeitorias nos seus 1.500 hectares, que nutre quarenta cabeças de gado e onde faz o plantio que dá sustento à sua família.

Pois vejam só, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse chão de Manoel Rufino, que nunca havia tido problema, tem agora, há pouco mais de alguns meses, a presença afrontosa de alguns desses teleguiados indígenas aculturados, que estão instalando malocas em seu pedaço com o objetivo de reivindicar a área, como se terra indígena fosse e como se fosse o Brasil tão pequeno que nele não coubesse todos os seus patriotas.

Era o que tinha a dizer.

**Data: 9/4/2002**

**O SR. ALCESTE ALMEIDA** (Bloco/PL-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, após assistir às reportagens do **Jornal Nacional**, da Rede Globo de Televisão, que retratavam diversos problemas na fronteira brasileira com os países vizinhos - tráfico de drogas, contrabando de combustível, roubo de gado, de automóveis, de caminhões e tantas outras mazelas que afetam não somente a economia brasileira, mas também a tranquilidade das nossas comunidades -, enfoco, nesta oportunidade, a importância de instalações de unidades militares nos lindes de nosso Território, principalmente nas fronteiras ao norte de nossa grandiosa Nação.

A presença do Exército na região ainda é muito pequena diante da imensidão amazônica, que, cortada por inúmeros rios e coberta por densa floresta, é desprovida de rede rodoviária abrangente e de centros urbanos consolidados em quantidade capaz de cristalizar uma ocupação que garanta de fato a nossa soberania como Nação independente.

Distâncias superiores a mil quilômetros ainda existem na linha de fronteira ao norte brasileiro sem a existência de um único pelotão das Forças Armadas, deixando nosso Território desprovido da segurança que nossos cidadãos e nossas riquezas naturais merecem ter. Não bastassem as dificuldades de acesso e de comunicação, existe ainda, na Região Norte, a consideração sobre as comunidades indígenas, que por sua vez, e lamentavelmente em grande número de vezes, sujeitam-se a interesses de ONGs internacionais que nada promovem em favor da nossa soberania; ao contrário, querem nossa desassistência, nossa impenetrabilidade, nossa total ausência.

Exemplos nesse sentido não são raros, e são até recentes: necessidades exaustivas, com tramitações judiciais, de instalação de pelotões militares em Roraima e até de escolas em áreas consideradas indígenas, em que, para nosso enorme pesar, o tráfico internacional de drogas tem incidido impiedosamente, bem como o contrabando de minerais sólidos e até de combustível. Para prevenir futuras dificuldades no sentido de proteger a nossa soberania e tranquilizar o desenvolvimento social e econômico das comunidades brasileiras mais distanciadas dos centros desenvolvidos do nosso País, trago à Mesa Diretora desta Casa Legislativa um projeto de lei visando ao desimpedimento da instalação de pelotões militares em áreas consideradas indígenas.

---

**PATRI****Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Era o que tinha a dizer.

**Data: 11/4/2002**

**O SR. SÉRGIO NOVAIS** (Bloco/PSB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, gostaria de registrar que Fortaleza está, desde ontem, sob uma grande enchente, com chuvas torrenciais, que desabrigou mais de 28 mil pessoas. Estamos aqui para nos solidarizar com as famílias desabrigadas e exigir do Prefeito da cidade, Juraci Magalhães, do PMDB, providências no sentido de amparar essas 28 mil pessoas que estão sofrendo com intempéries previstas em 69 áreas de risco em Fortaleza, diagnosticadas pela Câmara Municipal e Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Sempre que cai uma chuva de média intensidade, novamente esse problema gravíssimo atinge milhares de famílias, criando problemas de saúde pública, de acomodação, etc. Esse desastre vinha sendo anunciado, conforme diversas denúncias, inclusive do Partido Socialista Brasileiro, pelo Vereador Rogério Pinheiro, que vinha dando insistentes avisos ao Prefeito. Sr. Presidente, vivemos ontem uma noite triste para o povo brasileiro. Em 2001 o apagão desempregou 900 mil pessoas; o País cresceu apenas 1,5%, quando era para ter crescido 4,5 %; houve desconforto e insegurança ao ser desligada a iluminação pública, com o aumento do número de assaltos, de acidentes de trânsito e de atropelamentos. O horário de verão causou um profundo desconforto, principalmente para a Região Nordeste do País, onde o apagão foi imposto e surgiu o dito capitalismo sem risco.

Ora, empresas multinacionais vieram para o Brasil sabendo dos riscos do setor. Como em qualquer parte do mundo, a redução da oferta de energia tem como conseqüência a redução de faturamento. Agora, elas cobram do Governo brasileiro, que aceita a cobrança de uma conta de mais de 20 bilhões de reais. Isso é muito mais grave que a cobrança da CPMF, que tem data marcada, por emenda constitucional, para terminar. Em 2003, será cobrada com uma alíquota de 0,38 e, em 2004, de 0,08%. Ora, votamos aqui um projeto de conversão sem data marcada para terminar. Alguns Estados vão pagar, por até dez anos, uma tarifa extraordinária, por conta dessa imprevidência e irresponsabilidade do Governo Fernando Henrique Cardoso.

E não pára por aí. Já está na pauta a Medida Provisória nº 33, de conseqüências extremamente graves para o Nordeste brasileiro e para o Brasil. Ela extingue a Fundação Nacional de Saúde, que se originou no Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, depois Fundação SESP. Inclusive, houve a fusão da Fundação SESP com a SUCAM. Agora há um processo de demissão. Num passado recente, a Fundação Nacional de Saúde contava com 60 mil servidores, mas hoje está com 38 mil, que estão ameaçados de demissão.

Sr. Presidente, Deputado Themístocles Sampaio, V.Exa., que é nordestino, piauiense, sabe da importância que a Fundação tem em toda a região nordestina. Teremos de debater bastante, porque não podemos aceitar a extinção da FUNASA, principalmente neste momento de crise por que passamos, quando a dengue se alastra por todos os recantos deste País. No entanto, a resposta do Governo Fernando Henrique e do Ministro José Serra é no sentido de extingui-la. Ora, num momento de crise, quando se repassa dinheiro para o Município, quando deveria estar havendo um controle rigoroso em cada Município, em Fortaleza, em São Paulo, no Rio de Janeiro,



## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

apresentam uma medida provisória para extinguir a Fundação, como se fosse uma resposta política ao problema, como já fizeram com a SUDENE, com a SUDAM e quiseram fazer com o DNOCS. Portanto, há uma crise de corrupção ou de má gestão no Governo, como está expresso aqui. Em vez de se resolver o problema, vai-se extinguir um órgão da mais alta importância, principalmente para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Concluo dizendo que travaremos também este debate ao longo desses próximos dias, para evitar que a Medida Provisória nº 33 avance nesta Casa, pois agride os brasileiros e a saúde pública, com graves repercussões para todo o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Sérgio Novais, o Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**Data: 16/4/2002**

**O SR. JOÃO MAGNO** (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a capacidade de enrolar e mascarar a realidade por parte do Governo Federal é impressionante. Em vez de encarar de frente os problemas institucionais, especialmente os ligados à corrupção, incompetência e desvios de recursos públicos, os homens que comandam o País escamoteiam nas decisões, sobem no muro das vacilações e inventam mais novas agências de regulação. Foi assim nos casos dos escândalos da SUDAM e SUDENE, que viraram ADAM e ADENE; recentemente o DNER, por onde vazou milhões de reais impunemente, virou DNIT, e agora os tecnocratas querem extinguir a Fundação Nacional de Saúde para criar a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças.

Pelos exemplos citados, o Governo parece tentar nos convencer de que a simples mudança de nomes dos órgãos federais é o bastante para reparar sua deficiência crônica na gestão do Estado brasileiro.

A MP que acaba com a FUNASA para criar a APEC é mais uma aberração da natureza tucana deste Governo. Qual deve ser a intenção embutida na extinção de um órgão de reconhecido papel na execução de programas de saneamento básico para os Municípios brasileiros? Por que, em vez de formar nova estrutura administrativa, não é preferível reforçar e valorizar a atuação da FUNASA com seus mais de 40 mil funcionários em todo o País?

Não é a mudança de denominação que vai fazer um órgão público atuar com lisura e eficiência, mas sim uma política que prima pela ética na aplicação dos investimentos públicos. A FUNASA presta relevantes serviços à população, especialmente nas regiões carentes de Minas Gerais e do Nordeste. Mas o Governo, que adota o discurso da prioridade na área social, não cumpre a sua parte.

O Governo investiu apenas 7,4% dos 1,68 bilhão de reais previstos para saneamento básico no Orçamento 2001. Os 124 milhões de reais que chegaram aos Estados e Municípios demonstram

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

claramente a falta de investimento que resultou no crescimento de 191,3% no volume de água sem tratamento distribuído no Brasil, segundo dados do IBGE.

Nos últimos anos, aliás, esse descaso com a saúde pública tornou-se a tônica. Em 2000, foram gastos 47,8% dos 405 milhões de reais previstos para saneamento básico. Em 1999, o Governo aplicou 79% dos 423 milhões de reais reservados no Orçamento da União. Já em 2002, os cortes no setor sinalizam ainda mais dificuldades para os Estados e Municípios no combate a doenças como a dengue e a febre amarela, causadas pela falta de programas de infra-estrutura urbana e rural.

Dizer que a FUNASA, que cuida da área de saneamento básico, é a responsável por toda essa omissão que gera o caos, é, no mínimo, não querer assumir a própria incompetência. Além de não resolver o problema, a extinção pura e simples da FUNASA ameaça botar na rua cerca de 38 mil servidores, conforme aponta a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público. O Governo diz que não haverá demissões, mas não garante onde nem como irá manter esse contingente de pessoas em outros órgãos. Essa é mais uma proposta insana contra os trabalhadores que o Congresso não pode permitir.

A falta de investimentos em saneamento básico está estreitamente ligada ao projeto implementado nos últimos sete anos pelo Governo Federal, que prioriza os superávits fiscais e os socorros aos bancos privados, deixando de lado a saúde, a educação, a moradia, o transporte, o desenvolvimento e a qualidade de vida da população.

Aprovar a MP 33 é validar uma visão deturpada da realidade, contrariando os interesses da sociedade. O Congresso não pode dar as costas para o País num momento desses. Sr. Presidente, peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. João Magno, o Sr. Gonzaga Patriota, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dr. Heleno, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**Data: 8/5/2002**

**O SR. MÁRCIO BITTAR** (Bloco/PPS-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago ao conhecimento da Casa uma ação específica da FUNAI no Estado do Acre que considero da maior gravidade e que denota, se comprovada, o nível de impertinência e exagero com que o Poder Público trata as terras amazônicas e as possibilidades de aproveitamento produtivo.

Não bastassem a fúria do Ministério do Meio Ambiente na criação de unidades de conservação de toda ordem e a iniquidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário na condução de seu programa de reforma agrária, a FUNAI, a partir da indicação de áreas pretensamente indígenas, cria agora - como já ocorreu em outros Estados da Federação, especialmente em Roraima -, do nada ou de escassos elementos, novas áreas indígenas no Acre.

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Temos a honra de ver também aqui alguns dos representantes do Estado, os Deputados João Tota e Ildefonso Cordeiro.

O caso em tela, Sr. Presidente, é o dos seringais Curralinho e Bares, no Município de Feijó. O Vereador Francisco Carlos de Oliveira Lima, do Município de Feijó, do meu partido, PPS, fez chegar a mim uma denúncia: cerca de quatrocentas famílias residentes nos referidos seringais e adjacências estão em pânico com o anúncio de que a FUNAI estaria conduzindo um processo de identificação e demarcação da área como sendo indígena.

Segundo a denúncia do Vereador, menos de uma dezena de famílias de índios vindos do Município vizinho de Tarauacá, há cerca de doze anos, instalaram-se na área na condição de meeiros, ou seja, articulados com os agricultores e seringueiros, visando à extração de borracha e ao cultivo de outras culturas de subsistência. Tal presença teria, no entendimento da FUNAI, dado origem ao processo hoje em curso de identificação e demarcação da área como reserva indígena, o que implicaria a expulsão de centenas de famílias que lá vivem explorando e preservando a terra.

Quero ressaltar que a questão indígena nunca foi no Acre uma fonte de litígios. Praticamente todas as áreas foram identificadas e demarcadas pacificamente, mediante consenso e efetivação de acordos. A rigor, o componente indígena não encontra na questão fundiária local níveis importantes de contestação. As decisões a respeito do reconhecimento da legitimidade da posse indígena sobre áreas que lhes pertençam foram e continuam sendo pacíficas. Apresento à Mesa requerimento dirigido à FUNAI, por meio do qual solicito informações sobre um processo em andamento referente às áreas de que trato neste momento, visando esclarecer a denúncia que me foi encaminhada por intermédio do Vereador Francisco Carlos, do Município de Feijó; a pretexto de salvaguardar supostos direitos indígenas, é bom atentarmos para o fato de não provocar conflitos fundiários.

Sr. Presidente, o nobre Deputado Rubens Furlan, do Estado de São Paulo, quinto Deputado Federal mais votado neste País, deu-me o prazer e a honra, não apenas a mim, mas também a todos os acreanos, de visitar o Estado do Acre em duas ocasiões.

Refiro-me a uma área na qual há mais de quatrocentas famílias, que há dezenas de anos lá trabalham. Agora, alguém anda colocando na cabeça de nada mais do que dez famílias de índios que para lá foram, há aproximadamente doze anos, que se cria um litígio, e quatrocentos pais de família estão preocupados com a possível concretização dessa ameaça caso a FUNAI crie essa área indígena.

Trata-se de evitar que se crie do nada um Município pacífico, uma região ordeira, como o Município de Feijó, vizinho de Tarauacá, que está na iminência, provocado sei lá por quem, de presenciar conflitos entre algumas famílias de índios e quatrocentas famílias de brancos que lá vivem e trabalham.

Nesse caso, Sr. Presidente, não vale o argumento, já passado, de que a terra pertencia aos índios. Numa máxima, este argumento valeria para todo o País, porque, afinal de contas, quando aqui chegamos, já existiam as comunidades indígenas.

*Durante o discurso do Sr. Márcio Bittar, o Sr. Marçal Filho, § 2º do art. 18 do Regimento Interno,*

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

*deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**Data: 8/5/2002**

**O SR. DR. ROSINHA** (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de iniciar o pronunciamento que preparei para a tarde de hoje, pergunto: por que o povo branco sempre negou o direito dos índios à terra se há 500 anos todas as terras do País pertenciam a eles?

Atualmente, dizem que o índio não tem direitos nem razão.

Sr. Presidente, na semana passada a imprensa nacional e internacional e algumas empresas de consultoria especularam sobre o chamado "risco Lula".

Dizem essas empresas de consultoria que o fato de o candidato Lula avançar nas pesquisas de intenção de voto significa risco para o Brasil. Em função dessas notícias e da preocupação do mercado financeiro internacional, produziu-se no País a alta do dólar, a queda da Bolsa de Valores e assim por diante.

Quando há eleições na Suécia, na Suíça, na Dinamarca, nos Estados Unidos ou em outros países considerados desenvolvidos ocorrem fatos semelhantes? Quando algum candidato lidera as pesquisas de opinião, os grandes especuladores internacionais propagam tal tipo de informação?

Não! Então, por que isso acontece no Brasil?

A resposta é muito simples. Depois de sete anos e meio de Fernando Henrique Cardoso, a economia brasileira está desequilibrada e dependente do mercado, das dívidas externa e interna, brutalmente construídas pelo Governo. Logo, não há "risco Lula", mas "risco Fernando Henrique Cardoso e Pedro Malan".

Não podemos continuar com a economia deficitária, desequilibrada e frágil que ora temos e que qualquer processo democrático eleitoral pode abalar. Se a economia é prejudicada por causa do processo eleitoral, é porque aqueles que exerce o poder não conseguiram fazer com que ela gozasse de confiança no âmbito internacional.

Chamo a atenção do povo brasileiro para o seguinte: manter esse tipo de Governante no País por mais tempo significa o fatal desequilíbrio, o caminho para o abismo, a exemplo do que ocorreu com a economia dos Tigres Asiáticos, do México, da Rússia e da Argentina. Se quisermos seguir o rumo dos países citados, basta o povo brasileiro votar no candidato José Serra ou em qualquer outro apoiado por ele, uma vez que há várias indagações em torno de atos não transparentes que maculam o passado do Sr. José Serra. Não se sabe se ele permanecerá ou não como candidato do Governo, porque vieram à tona agora as declarações do Sr. Sérgio Ricardo, que tem sua vida investigada pelo Ministério Público.

Aliás, o Presidente Fernando Henrique difunde na imprensa que o fato foi requeitado. Bom, só se

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

for para ele, que sabia de todo o episódio. Se tinha conhecimento de toda a história, por que não a apurou? Só é requeitado o que já foi aquecido. Fernando Henrique não negou o fato; portanto, se requeitado está, ele é verídico.

O Presidente sabe que é tudo verdade, tanto é que impede a apuração do caso e articula sua base governamental nesta Casa para evitar a instauração de CPI que possa investigar esse caso. Eis a responsável pelo desequilíbrio da economia: a não transparência no exercício do Governo. Todos os indícios de corrupção que ocorreram no Governo de Fernando Henrique Cardoso não podem ser inquiridos no momento oportuno porque no Palácio do Planalto o Sr. Fernando Henrique Cardoso impede as articulações necessárias para a instalação das CPIs. Portanto, é esse o motivo do desequilíbrio da economia, e não a possível vitória do candidato Lula no mês de outubro.

**Data: 8/5/2002**

**O SR. ROBÉRIO ARAÚJO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Themistocles Sampaio) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ROBÉRIO ARAÚJO** (Bloco/PL-RR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como vem acontecendo com frequência, organizações não-governamentais continuam agindo livremente no Brasil e fazendo o que bem entendem na Amazônia, criando problemas para a comunidade indígena e até ridicularizando nossa soberania sobre aquela região.

Hoje, pelo o que se tem conhecimento, já foge do controle das autoridades brasileiras a presença de estrangeiros atuando de forma irregular nos Estados amazônicos e praticando a biopirataria, principalmente nas áreas indígenas. Sem proteção alguma, integrantes de ONGs estão dilapidando nosso patrimônio genético, sem que nenhuma medida concreta seja tomada pelo Governo para impedir a ação desses verdadeiros piratas. Eles chegam ao Brasil geralmente através da Venezuela e dos demais países que fazem fronteira com a Amazônia, procedentes dos Estados Unidos e da Europa, e se infiltram junto às comunidades indígenas, apenas com o intuito de tirar proveito.

Há poucos dias, fui informado de que uma alemã, integrante de uma dessas ONGs internacionais, teve a petulância de invadir a área dos yanomamis em Roraima e fincar uma bandeira da Comunidade Européia.

Por inúmeras vezes, a imprensa americana e européia tem noticiado que a Amazônia não é do Brasil. Nos Estados Unidos já existem livros mostrando que a região pertence àquele país. São absurdos assim que precisam ser combatidos por nós, brasileiros. Nossos índios estão cada vez mais perdendo sua identidade por culpa única e exclusiva dessa gente que vem para cá apenas com o interesse de roubar nossas riquezas.

O Governo precisa e deve agir rápido e encontrar uma forma de autoproteção cultural e ambiental para impedir que esses estrangeiros continuem invadindo nosso País e praticando a biopirataria.

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Temos aqui nesta Casa o Estatuto do Índio que não sai do papel. E sobre esse Estatuto, que está aguardando apreciação para ser submetido ao Plenário, tenho a opinião de que deve ser mais discutido. Ainda não se ouviu, de forma mais profunda, aqueles que mais se interessam pelo Estatuto, que são os índios. Esse é um tema polêmico, e não existe unanimidade nem mesmo entre os silvícolas.

As demarcações das terras indígenas também estão aí, arrastando-se por longos anos, e não se encontra uma solução. É preciso uma ação mais concreta e que sejam colocados em prática projetos de desenvolvimento para que os índios possam produzir.

Apesar do trabalho do Governo de Roraima e da FUNAI, os índios do meu Estado de Roraima querem mais condições para trabalhar. Faltam-lhes sementes, maquinário, equipamento e material para que possam produzir.

Ajudar as comunidades indígenas é obrigação do Governo, e isso precisa ser feito.

**Data: 21/5/2002**

**O SR. JOÃO GRANDÃO** (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um hospital-escola gerenciado por uma fundação de direito público: esta é a proposta defendida por amplos setores da sociedade douradense e pelo Prefeito Laerte Tetila, do PT, para a Santa Casa de Dourados, em Mato Grosso do Sul. Tese que também tem meu apoio incondicional, pois entendo que nenhum outro modelo que não seja o público por excelência deve ser discutido para a gestão do hospital.

Com 165 leitos e 12 mil metros quadrados de área útil, a Santa Casa será o maior hospital público do interior de Mato Grosso do Sul. Entrando em funcionamento, ela é mais um passo rumo à descentralização do setor de saúde no Estado, tornando-se referência obrigatória para Dourados e para 34 Municípios do sul de Mato Grosso do Sul e da faixa de fronteira, que hoje mandam seus doentes para Campo Grande, além de servir de hospital-escola para a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, instalada em Dourados. Somente na construção da Santa Casa o Governo Federal gastou 10 milhões de reais, e o Estado, 7,3 milhões de reais, entre os quais, 1,7 milhão de reais de reposição do dinheiro desviado pelo Governo do PMDB, em setembro de 1998, no ápice do período eleitoral. Agora o Governo Popular já está entregando mais 4 milhões de reais em equipamentos. Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o hospital tem, sim, de ser gerido pelo Poder Público. A Santa Casa consolida, em mais um aspecto - o da saúde -, a liderança regional de Dourados. Mas não queremos apenas um grande hospital. Queremos, sobretudo, ser referência em qualidade hospitalar. Daí a importância da transformação do hospital em hospital-escola. Com cursos implantados na área da saúde, as universidades douradenses também vêem na Santa Casa um avanço estratégico na qualidade de ensino de cursos como o de Medicina (UFMS), Enfermagem (UEMS), Biomedicina (UNIGRAN).

Para saber quanto o Governo Popular é responsável pelo estágio atual da obra, basta lembrar um pouco da história dessa luta, cuja construção começou no Governo Collor de Melo, através de uma atuação firme do então Deputado Federal Waldir Guerra, cujo irmão, Alceni, na época era

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

Ministro da Saúde. É importante salientar ainda a atuação da sociedade, que se organizou através da SODOBEN e adquiriu a área onde o hospital começou a ser construído. Ocorre que, com a saída do Ministro Alcení, a obra foi paralisada, assim ficando durante oito anos, e somente voltou a ser retomada no final de 1998, depois que a bancada federal aprovou uma emenda destinando novos recursos para a obra.

Desse total, 1,7 milhão de reais foi desviado pelo Governo anterior e a atual gestão teve que repor o dinheiro, sob pena de não poder receber os recursos do Convênio nº 1401/99, que destinou mais 5 mil e 900 reais. Nesse convênio, o Estado entrou com a contrapartida de 590 mil reais. A partir desse momento a obra teve um ritmo acelerado.

Hoje, estão tramitando no Ministério da Saúde dois pedidos de verbas. Um, de 7,084 milhões de reais (com previsão de mais 700 mil reais de contrapartida), encaminhado pelo Governo do Estado diretamente ao Ministério da Saúde. Outro, de 9 milhões de reais, tem origem em uma emenda da bancada federal de Mato Grosso do Sul.

Concluindo, Sr. Presidente, quero me posicionar a favor da transformação da Santa Casa em hospital-escola de gestão pública, cuja fundação poderia ficar sob o comando da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, ou de um consórcio entre ambas.

O Governador Zeca do PT e o Prefeito Laerte Tetila têm interesse de resolver essa questão e pôr em funcionamento a Santa Casa o mais rápido possível. Para isso, também é imperativa a liberação dos recursos federais já previstos em projeto do Governo de Mato Grosso do Sul e numa emenda da bancada federal de meu Estado.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de informar que estou protocolando dois requerimentos: um deles requer informações ao Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia sobre a avaliação de biossegurança da vacina ALVAC II e o outro é direcionado ao Poder Executivo, relativo à demarcação das terras dos índios guarani-caiúá, em Mato Grosso do Sul. Sr. Presidente, solicito a divulgação do meu pronunciamento pelos meios de comunicação da Casa.

Era o tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Themístocles Sampaio) - Será publicado e divulgado o pronunciamento de V.Exa., em conformidade com o Regimento da Casa.

**Data: 6/8/2002**

**O SR. RICARTE DE FREITAS** (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apresentei hoje proposta de emenda à Constituição, dando nova redação ao § 1º do art. 231 da Constituição Federal, que diz o seguinte:

"Art. 231....."

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

Pretendo acrescentar a seguinte redação:

"...devendo a sua demarcação ser submetida à aprovação do Congresso Nacional."  
Isso significa que, não obstante as alterações introduzidas no procedimento demarcatório das terras indígenas pelo Decreto nº 1.775/96, percebe-se, pela persistência dos conflitos e das situações que não nos cabe tecer de boa-fé, que o Executivo Federal, por intermédio da FUNAI, continua a efetivar demarcações de modo autoritário.

Entendo que de nada valem as demarcações de terras indígenas, se elas criam impasse que as tornam, ao final, questionáveis e juridicamente frágeis. Continua sendo falsa a proteção aos direitos indígenas e inaceitável o descaso pelos mesmos.

Não vemos outra forma de solucionar a questão senão submetendo as demarcações ao crivo do Congresso Nacional, fórum democrático por excelência onde todas as partes podem fazer-se ouvir.

Por essas razões, proponho a presente emenda à Constituição e espero contar com o apoio dos eminentes pares para a sua aprovação.

Era o que tinha a dizer.

**Data: 6/8/2002**

**O SR. PRESIDENTE** (Themístocles Sampaio) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Ferro, pelo PT.

**O SR. FERNANDO FERRO** (PT-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero iniciar este pronunciamento encaminhando mensagem de apoio ao novo Prefeito do Município de Itambé, Renato Ribeiro, do Partido dos Trabalhadores, que assumiu a Prefeitura há uma semana em decorrência do falecimento do então Prefeito Francisco Cordeiro da Silva, do PMDB, vítima de acidente de carro.

Estou certo de que S.Exa. dará continuidade a seu competente trabalho de administração, uma vez que o companheiro Renato já foi Prefeito dessa cidade da Zona da Mata pernambucana. Ele é conhecido por sua capacidade, seriedade e honestidade no trato da coisa pública. Tenho certeza de seus esforços estarão voltados para os mais legítimos interesses da população de Itambé.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro ainda ação que empreendemos com diversas entidades de direitos humanos e com a Dra. Amanda, Procuradora da República no Estado de Pernambuco, para acompanhar o atual conflito na comunidade da etnia xucuru, no Município de Pesqueira.



## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Há algum tempo vimos observando o processo de demarcação de terras naquela área, onde tem ocorrido uma série de problemas. Há resistência por parte dos fazendeiros de Pesqueira, que se recusam a cumprir decreto presidencial. Está sendo feito inventário para desapropriar a área e permitir que aquela etnia possa se consolidar, em virtude dos direitos históricos, como verdadeira dona da área.

Trata-se de 27 mil hectares na Serra de Ororubá, no Município de Pesqueira. As terras são extremamente férteis, com muita água, constituem verdadeiro oásis no agreste pernambucano. A área é alvo da resistência de fazendeiros grileiros, que tentam a todo custo, por meio de intimidação, até ameaçando de morte lideranças indígenas, impedir a desapropriação da área. Mas a tenacidade, a organização e a união do povo xucuru, conduzido pelo cacique Marcos, filho do saudoso cacique Chicão, têm levado adiante essa empreitada, tendo sido reconhecida publicamente sua ação em defesa dos direitos de seu povo.

Recentemente, um parlamentar alemão, do Partido Socialista, visitou a área e expressou, no seu pronunciamento, a intenção de levar o problema ao Parlamento Europeu e de solicitar providências enérgicas ao Governo brasileiro, principalmente atitude da Polícia Federal, para que tenha isenção e, acima de tudo, faça observar a lei, a fim de garantir a demarcação dessas áreas. Manifestei-me aqui sobre o assunto em outros momentos, atendendo a apelo daquela comunidade indígena para que fosse reconhecido seu direito e levado adiante a demarcação das suas terras. Infelizmente, o processo se arrasta, o que atrasa a solução do problema, por conta de inquéritos que estão sendo conduzidos de maneira inadequada pelo Delegado da Polícia Federal Marcos Contrim.

Em outro momento, esse delegado teve importante atuação na prisão do fazendeiro autor do assassinato do cacique Chicão. Entretanto, agora, em virtude de pressões políticas, de certa maneira, adotou posição que merece reparos.

Queremos ver esse inquérito concluído e, principalmente, que seja resolvido o problema da demarcação das áreas indígenas, uma vez que será fator de pacificação e evitará derramamento de sangue, ao mesmo tempo em que preservará os direitos da etnia xucuru naquela região. Gostaria também de fazer apelo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para se somar ao esforço, em sintonia com a Campanha da Fraternidade, de preservação dos direitos e da cultura dos povos indígenas, além de ajudá-los na luta em Pesqueira. Cogita-se a criação de um santuário religioso no Município, o que, de certo modo, conflita com os interesses dos povos indígenas, uma vez que aquela área não permite o turismo. Isso demonstra descumprimento à legislação e desrespeito aos direitos dos povos indígenas brasileiros.

**Data: 27/8/2002**

**SR. JOÃO GRANDÃO** (PT-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente, parabênizo o povo de Campo Grande pelos 103 anos de emancipação política da cidade, registrados ontem. Campo Grande hoje está em situação bastante interessante, principalmente após a eleição do companheiro Zeca do PT, pois os repasses aumentaram substancialmente, possibilitando à administração deixar a Cidade Morena bonita como está.

## **PATRI**

### **Relações Governamentais & Políticas Públicas**

---

Digo também aos senhores que temos percorrido o Estado de Mato Grosso do Sul. Evidentemente, fazíamos isso antes, mas agora o realizamos com mais intensidade em função da campanha eleitoral. Nessas oportunidades, vários problemas foram identificados. Quero relatar alguns observados em uma aldeia indígena que visitamos na cidade de Amambai, onde estivemos no último domingo, quando também visitamos a cidade de Laguna Carapã.

Trata-se da aldeia guarani-caiuá, de 7 mil habitantes, os quais se encontram em situação complicada, que não pode perdurar. Há mais de três anos foi instalada energia elétrica naquela aldeia, mas até hoje não foi feito o que chamamos de rebaixamento da energia, o que permitiria sua efetiva utilização pelos indígenas, melhorando suas vidas. Nós, então, nos comprometemos a procurar os responsáveis por essa situação e a fazer apelo da tribuna desta Casa com vista a buscar definitiva solução para o problema.

Verificamos também que em outras aldeias de Mato Grosso do Sul e da própria cidade de Dourados indígenas têm enfrentado problemas freqüentes com a alimentação. Hoje, o inédito Programa de Segurança Alimentar do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul tem atendido a aldeias indígenas nesse quesito. Nas aldeias de Dourados, por exemplo, com a atuação efetiva do Prefeito, juntamente com sua equipe, em especial, o Secretário de Agricultura, o companheiro Paschoalick, tem-se destinado atenção especial a elas, inclusive trazendo-se à tona uma série de questões esquecidas em Governos anteriores.

O Governo de Mato Grosso do Sul está fazendo bastante, mas ainda não é o suficiente, pois falta muito a ser feito. Precisamos de maior atenção do Governo Federal para que a causa indígena não seja exceção à regra com alguns programas aqui e ali, mas, sim, que seja considerada de fato.

Chamamos a atenção do Governo para o problema. No que diz respeito ao atendimento feito pelo Governo do Estado, as coisas estão acontecendo. No que diz respeito ao atendimento feito pelos Governos Municipais, especificamente na questão que mencionei aqui de Dourados, os problemas também estão sendo resolvidos. O Governo Federal, contudo, tem que dar um pouco mais de atenção, tem que instrumentalizar mais os órgãos competentes para que possibilitem aos índios uma vida digna, uma vida de cidadão.

Fiz o relato em relação à aldeia de Amambai porque estive lá e presenciei a dificuldade por que esse povo está passando quanto ao fornecimento de energia elétrica.

Concluindo, apelo às autoridades competentes para que examinem esse caso de forma especial, atendendo ao nosso pedido de regularização da energia elétrica na aldeia de Amambai, lá no meu querido Estado de Mato Grosso do Sul, governado pelo competente Zeca do PT e sua equipe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Data: 2/12/2002**

**SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL-RR. Sem revisão do orador.)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, novamente ocupamos a tribuna para tratar de questões relativas a Roraima. Toda a população roraimense está indignada com ações praticadas contra o Estado.

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

A Portaria nº 820, de 11 de dezembro de 1998, publicada no *Diário Oficial* da União em 14 de dezembro de 1998, demarcou 1 milhão, 678 mil e 800 hectares em área contínua, destinada aos índios makuxi, uapixana, ingarikó, taurepang e patamona.

A área a que essa portaria se refere está localizada no nordeste do Estado de Roraima, na fronteira com a Guiana, onde vivem cerca de 14 mil índios, num total de 150 aldeias. Trata-se da localidade conhecida como Raposa Serra do Sol.

Em março de 1999, o Governo de Roraima impetrou mandado de segurança, objetivando suspender aquela demarcação, visto que tal medida praticamente inviabilizaria o Estado.

Todos nós sabemos da enorme cobiça internacional pela região amazônica. Trata-se de paraíso ecológico repositório de incontáveis recursos minerais e biodiversidade, uma das regiões mais ricas senão a mais rica do nosso planeta.

Existem confessáveis e inconfessáveis interesses dos países do chamado Primeiro Mundo, ricos, em criar meios e condições para a apropriação pura e simples da região amazônica, por conta das nossas matérias-primas.

Passaram a chamar até mesmo de "nação indígena" as várias tribos e os vários grupos étnicos indígenas ali localizados, buscando criar um clima de confusão e má interpretação, tentando incluir essas "nações indígenas", entre aspas, com interesses isolados da Organização das Nações Unidas, e assim oferecer "ajuda humanitária", também entre aspas, os olhos de cobiça postos nas nossas riquezas.

Muitas ONGs estrangeiras que ocupam o solo amazônico, a maioria de maneira irregular, têm procurado criar idéia de conflito entre populações indígenas e não indígenas, atendendo a motivações espúrias de seus patrocinadores.

A Associação dos Arrozeiros de Roraima encaminhou denúncia de que Roraima é um Estado virtual, não tem terras e cerca de 90% - repito: 90% - de sua área encontra-se irresponsavelmente bloqueada.

No último dia 27, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o mandado de segurança impetrado pelo Governo roraimense, decidiu garantir a demarcação daquelas terras indígenas, gerando gravíssimos problemas, cujos desdobramentos iremos lamentar amargamente.

Sr. Presidente, em decorrência do mandado de segurança, apresentado pelo Governo do Estado de Roraima e vencido no STJ, a situação se agrava ainda mais.

Há oito anos trabalhamos com o Governo Federal. Passamos por todos os Ministros da Justiça, conversamos várias vezes com o Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e mostramos, de forma clara, objetiva, transparente e incontestável, a necessidade de se fazer, de forma contínua, uma avaliação lógica, acadêmica e responsável da demarcação daquela área. Lá estiveram o Ministro Nelson Jobim e sua equipe, que acompanharam, de forma detida, a importância da integração no processo de convivência entre as etnias indígenas e a comunidade branca, que ali habita, trabalha e desenvolve.

---

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

A FUNAI continua, por intermédio de ações de organizações não-governamentais internacionais, criando verdadeiro pavor para a população de Roraima.

Sr. Presidente, nós que temos enorme simpatia pelas Forças Armadas, que defendemos todos os seus postulados, todas as suas ações e a importância do seu papel no processo de integração nacional, de defesa da nossa soberania, não podemos admitir que essa área seja demarcada para, visivelmente, atender a interesses das comunidades internacionais.

Solicito ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e também ao Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, que não aceitem pressões e se conscientizem de que a região amazônica é nosso território.

Sr. Presidente, estive por três dias no meu Estado e lá pude perceber a agonia por que passam agricultores, fazendeiros e a própria comunidade indígena, que não aceitam essas demarcações de forma irresponsável.

O Ministério Público está se debruçando sobre uma questão que nem sabe por onde começa: demarcar terras, em área contínua, para que, daqui a alguns dias, meses ou anos, eles solicitem à Organização das Nações Unidas que aquela área seja efetivamente declarada território de interesse da humanidade. É isso o que querem as organizações não-governamentais.

Trazemos a indignação do povo do nosso Estado, que possui 230 mil quilômetros quadrados, o mais setentrional do País, a porta de entrada do hemisfério norte. Estamos praticamente na metade do caminho dos países desenvolvidos - Canadá, Estados Unidos - em relação à distância do hemisfério norte. É desses países que saem as ações que fazem o Governo Federal se acovardar. Pior que isso: demonstrar falta de patriotismo.

A população concorda com a demarcação, mas não em área contínua, e entende sua importância para as comunidades da região. A demarcação deve ser feita, mas não de forma entreguista, como está sendo proposta no momento.

Não é possível que em pleno século XXI o Governo, que tem uma visão política e geoestratégica da Amazônia, continue na dúvida se pode fazer uma demarcação que atenda aos índios, à população e ao Brasil.

Não admitimos essa situação. Vamos levantar a nossa voz aqui, todos os dias, contra esse problema que vem se arrastando há anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, voltarei a esse assunto, que reputo da maior gravidade. No entanto, apelo para o bom senso das autoridades constituídas do nosso País, para que Roraima não fique refém de medidas que contrariam sua própria razão de existir, visto que racha ao meio um Estado onde pacificamente convivem várias etnias compostas por cidadãos brasileiros interessados no seu desenvolvimento.

Esperamos que o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, faça aquilo que este Governo não teve coragem de fazer: demarcar, mas não em área contínua.

Muito obrigado.

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

*Durante o discurso do Sr. Francisco Rodrigues, o Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. B. Sá, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*

**Data: 4/12/2002**

**O SR. FRANCISCO RODRIGUES** (PFL-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, condeno a decisão do Superior Tribunal de Justiça de extinguir a ação do Governo do Estado do Roraima para que não sejam demarcadas, de forma contínua, as áreas da Reserva Raposa Serra do Sol.

Solicito sejam publicadas nos Anais desta Casa uma nota e um chamado à resistência de todos os produtores e classes organizadas do nosso Estado, que entendem que as ONGs, com apoio da FUNAI, a Igreja Católica e o Ministério Público, estão contra o desenvolvimento de Roraima.

**Data: 6/12/2002**

**O SR. ALMIR SÁ** (PPB-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para manifestar preocupação com o setor produtivo do Estado de Roraima, muito especialmente com o protesto feito pelos rizicultores durante esta semana. A ausência de uma política agrícola específica para o Estado de Roraima, aliada à falta de reformas e ajustes satisfatórios nos Governos passados, determinou a quase ruína da base agrícola dos pequenos e médios produtores.

A produção de arroz em nosso Estado, que hoje atende também Manaus e parte do mercado paraense, está comprometida pela demarcação, pelo critério de área contínua, da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no norte de Roraima.

Hoje, a rizicultura, principalmente aquela localizada na região de litígio, investe cerca de R\$ 80 milhões, traduzidos em receitas para o Estado, sendo responsável por uma cadeia que envolve aproximadamente 18 mil pessoas, que trabalham direta ou indiretamente no setor, seja nas lavouras e usinas, seja em serviços burocráticos, seja como fornecedores de insumos, transportadores, distribuidores de combustíveis, dentre outros. Caso a situação perdure, o caos nesse setor provocaria perda irreparável para o Estado, ou seja, vários outros segmentos seriam arrastados, o que criaria grave problema social, inclusive com reversão na economia. Roraima tem menos de 4% de terras livres, boas, aproveitáveis, para proporcionar a produção agrícola e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento. Hoje, o Estado está quase sob intervenção das ONGs internacionais, com apoio da FUNAI, da Igreja Católica, do Conselho Indigenista Missionário - CIMI e de parte do Ministério Público Federal, que, julgando defender interesses indígenas pseudonacionalistas, gerenciam demasiadamente as ações estratégicas do Estado.

Recentemente, numa brutal injustiça, o Superior Tribunal de Justiça negou ao Governo do Estado pedido feito em mandado de segurança, solicitando a anulação dos efeitos da Portaria nº 820.

## PATRI

### Relações Governamentais & Políticas Públicas

---

Devo ressaltar que acabo de dar entrada num projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos da portaria de demarcação de área indígena. O Superior Tribunal de Justiça, apesar de não reconhecer o teor da medida, deu pano para mais briga, ao observar que a matéria não se dava em caráter de urgência e relevância na sede da decisão administrativa, restando a via ordinária e demorada, dando aos indígenas a posse atual, em tese permanente, da área de cerca de 1 milhão e 600 mil hectares, na qual estão localizadas várias lavouras de arroz irrigado, nos Municípios de Boa Vista e Normandia.

Em 1996, o então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, assinou o despacho 080/96, dando permissão a dezoito proprietários de fazendas para permanecerem nas áreas pretendidas. Foram abertos vários processos, em que fazendeiros reivindicavam o mesmo direito. Sr. Presidente, hoje, em nosso Estado, tendo em vista a situação descrita, reina um clima de insegurança e de incerteza. Há permanentes manifestações de rizicultores, na Praça do Centro Cívico, contra a demarcação da área contínua da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. São manifestos da sociedade roraimense que vê reflexos diretos da situação em sua mesa. Na tentativa de sensibilizarem a sociedade para o problema que vão enfrentar, suspenderam as atividades das usinas de arroz, e há expectativa de falta do produto na rede distribuidora. A retomada do trabalho nas usinas deverá acontecer após deliberação que livre de ameaça os investimentos feitos nas lavouras. Os rizicultores querem sensibilizar a sociedade para o problema que enfrentam e mostrar a ela que, enquanto o Estado enfrenta grandes dificuldades com falta de terras para desenvolverem seus projetos econômicos, há milhares de hectares engessados em decorrência de terem sido demarcados como áreas indígenas.

Se o Governo se mantiver inerte, omissos sobre a homologação da demarcação de terras indígenas em áreas contínuas, sem critério, o desenvolvimento do Estado estará comprometido, engessado, porque mais de 80% das áreas utilizadas por rizicultores localizam-se em Raposa/Serra do Sol. Fatos como este, de insegurança na área considerada indígena, tornam temerária a permanência dos agricultores que nela trabalham, além de tirarem o interesse dos empresários que planejam investir em Roraima.

Sr. Presidente, a questão é grave e necessita de definição urgente do Governo Federal no sentido de conciliar os interesses conflitantes que lá existem. É preciso viabilizar o Estado de Roraima, dando condições ao setor produtivo de trabalhar. Para tanto, é preciso paralisar e reverter as demarcações de áreas indígenas que já foram feitas em mais de 50% do Estado e que, somadas às áreas de preservação e inaproveitáveis, atingem mais de 90% do território estadual. Isso é inadmissível!

Em face dessa situação é preciso que o Governo Federal defina se viabiliza o Estado, proporcionando-lhe condições de desenvolver atividades produtivas, ou se fecha as suas portas. Os proprietários rurais estão intranquilos.

Sr. Presidente, espero que o Governo Federal dê um basta nas demarcações de áreas indígenas, para que haja progresso e desenvolvimento no Estado de Roraima.

Muito obrigado.